

CONSULTA NACIONAL

Condições de Abertura do Ano Letivo 2023-2024
Trabalhadores de Apoio Educativo



Comunicado

17 de novembro de 2023

Consulta Nacional da FNE ao Pessoal de Apoio Educativo: desgosto com a carreira e com as condições salariais

A FNE desenvolveu mais uma **Consulta Nacional sobre as Condições de Abertura do Ano Letivo 2023 – 2024, para recolher a opinião do Pessoal de Apoio Educativo (PAE)** em relação às suas perspetivas sobre a carreira, o reconhecimento profissional e social, a remuneração e formação contínua, assim como a questões relativas à transferência de competências para as autarquias e às propostas apresentadas pelo Governo para alterar o regime de avaliação de desempenho.

A consulta decorreu entre 3 e 10 de novembro do corrente ano, a partir de uma amostra de **532 trabalhadores de apoio educativo** – técnicos superiores e especializados (46,2%), assistentes técnicos (18%) e assistentes operacionais (35,7%) -, que no corrente ano letivo trabalham nos níveis de ensino Educação Pré-escolar, 1.º, 2.º, 3.º Ciclos do Ensino Básico, Ensino Secundário, Educação Especial e Ensino Profissional, em Portugal Continental e nas Regiões Autónomas.

Em termos de perspetivas de carreira, 90,2% dos respondentes afirma que são pouco ou nada atrativas e 95,1% diz que a sua remuneração não é compatível com as exigências do trabalho que realizam, o que constitui um elevado nível de desgosto com a carreira e as condições salariais. Já no ano passado o nível da inadequação do salário com as exigências do trabalho que estes trabalhadores realizam tinha sido de 96%, o que demonstra que nada foi feito a este nível para se alcançar melhorias.

A consulta deste ano procurou conhecer a perceção destes trabalhadores sobre as mais recentes **propostas apresentadas pelo Governo para alterar o respetivo regime de avaliação de desempenho**. Na opinião dos participantes, estas propostas são claramente rejeitadas: 75,9% não concorda com as novas menções e pontuação da avaliação de desempenho, 81,2% discorda da alteração de percentagem de diferenciação de desempenho e só 54,0% concorda com a alteração de 10 pontos para 8 pontos para efeitos de alteração da posição remuneratória.

Sobre a **formação contínua**, uma forte maioria de 58,3% afirma não ter tido acesso a ela (tinham sido 63,3% no ano passado), com 74,1% a acrescentarem que a formação contínua que lhe foi disponibilizada pelo Empregador não foi adaptada às necessidades das funções que desempenha - valor ainda mais elevado do que no ano passado, que foi de 60,3%.

Através dos resultados deste questionário verificamos também que uma percentagem significativa de 65,6% assume que nunca integrou nenhum **projeto educativo da escola**, embora este valor seja claramente inferior ao registado na consulta de 2022, que foi de 81,3%.

22,6% dos respondentes afirmam que já foram alvo de algum tipo de **assédio na sua escola**, tendo sido de 16,4% o valor registado no ano passado. Sobre as medidas que adotaram nessas circunstâncias, a resposta mais comum foi a de não ter sido adotado nenhum procedimento e de ser residual a indicação de terem apresentado qualquer reclamação, ou terem feito qualquer participação ou denúncia.



Nesta consulta, procurou-se conhecer a perceção destes trabalhadores sobre que mudanças se operaram no seu exercício profissional, em consequência da **transferência de competências**, no domínio da sua gestão para as Autarquias. Nesta questão, 167 (31,3%) afirmaram que não registavam nenhuma mudança ou que nada se tinha alterado, sendo maioritária (55,3%) a opção de que a gestão deveria pertencer ao Ministério da Educação. 32,3% escolheram a opção de uma gestão gerida pela Direção da própria escola (tinham sido 35,9% no ano passado) e só 12,4% (19,8% em 2022) admitiram que essa gestão deva pertencer aos Municípios.

No final do questionário, os respondentes assumiram que as **prioridades reivindicativas** devem passar pelas matérias da avaliação de desempenho, da revisão do SIADAP (Sistema Integrado de Gestão e Avaliação do Desempenho na Administração Pública), da vinculação, dos aumentos salariais, das condições de trabalho e da organização dos horários.

Consulte [aqui](#) o Relatório completo da Consulta Nacional a Trabalhadores de Apoio Educativo para avaliar as condições de abertura do ano letivo 2023-2024.

Porto, 17 de novembro de 2023

A Comissão Executiva da FNE

Pedro Barreiros
Secretário-Geral

